

## QUESTÕES ACERCA DA OBJETIVIDADE CIENTÍFICA

*Fábio Eduardo De Giusti Sanson*

Doutorando no Programa de Pós-Graduação  
Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
fabiosanson@hotmail.com

### **Resumo**

O texto aborda a objetividade científica procurando estabelecer relações com temas que lhe são subjacentes, como a questão dos paradigmas científicos, do papel da objetividade nas ciências naturais e humanas, da importância da carga teórica e também como a objetividade é vista sobre a perspectiva das instituições sociais. A intenção foi esboçar algumas idéias sobre a autonomia do campo científico, que não repousa exclusivamente nos procedimentos rigorosos e objetivos que os cientistas empreendem para conhecer o mundo, mas que também indicam sua inserção social.

**Palavras-chave:** Objetividade. Ciência. Subjetividade.

### **Abstract**

The paper discusses scientific objectivity seeking to establish relations with themes that underlie it, such as the question of scientific paradigms, the role of objectivity in the natural sciences and humanities, the importance of the theoretical load and also how objectivity is seen from the perspective of institutions social. The intention was to outline some ideas on the autonomy of the scientific field that does not rely exclusively on strict procedures and goals that scientists undertake to know the world, but they also indicate their social integration.

**Keywords:** Objectivity. Science. Subjectivity.

### **Introdução**

A ciência, como herdeira da grande tradição filosófica, durante muito tempo foi guiada pela idéia de verdade. Pode-se afirmar que Platão, com o estabelecimento do mundo das idéias, e mesmo a lógica aristotélica surgiram como formas de apreender a verdade sobre o mundo e sobre a natureza. Contudo, como se pode inferir a partir do texto de Pierre Hadot (2006), a ausência da noção de experimentação entre os gregos e também durante a Idade

Média, foi uma das razões dentre as quais naquele momento não se reuniram as condições para vicejar o espírito científico tal como se deu na Europa no período moderno. E assim, no início da Idade Moderna a busca da verdade continuará a alimentar a produção filosófica e científica da época sendo que a certeza (e a suposta objetividade) do *cogito* cartesiano é a prova maior desse empreendimento que irá gerar muitos frutos pelos séculos seguintes.

Contudo, se nesse momento a busca da verdade, herdeira de uma tradição de pensamento moderna de base cartesiana era a causa última da tarefa científica, a crise do fundacionismo e a aceitação do falibilismo na ciência vieram a mostrar a impossibilidade desse empreendimento. Tendo a busca de fundamentos seguros desacreditada por grande parte da comunidade científica, que relegou essa questão a um segundo plano, a crença nos poderes e na eficácia do método científico emergiu como um elemento central nos propósitos da ciência, mesmo que a definição do que constitui esse método possa ser quase tão diversa quanto as subdivisões dos campos científicos.

O realismo científico enquanto corrente que fomenta a crença na capacidade de apreensão de verdades sobre o mundo a partir das teorias científicas, teve que reformular seus propósitos e passou a encarar a busca dessas verdades como aproximações ou correspondências entre teoria e realidade. Mas, essa simples mudança de atitude dos realistas com relação à ciência não é suficiente para mostrar o vasto panorama de mudanças que vêm ocorrendo no campo científico desde fins do século XIX, com o desenvolvimento do campo das humanidades, do surgimento da psicanálise e também pelo surgimento e consolidação das críticas relativistas a uma idéia basilar da ciência, que é a noção de objetividade.

### **Os paradigmas científicos e a noção de progresso**

Quanto à noção de progresso, Thomas Kuhn no seu livro “A Estruturas das Revoluções Científicas”, trouxe contribuições para colocar esse tema em questão. Apesar de Kuhn não ter aceitado o rótulo de relativista (como ele mesmo afirma no posfácio que fez ao seu livro), muito de sua obra foi apropriada nesse sentido, pois sua concepção sobre a história da ciência vai obedecer a um modelo em que progresso e acumulação de conhecimento não serão necessariamente os resultados finais da produção científica.

De forma genérica, a formulação de Kuhn (1997) é que a ciência desenvolve-se de acordo com paradigmas<sup>1</sup>, que seriam espécies de cosmovisões ou visões coletivas sobre o mundo. Além de fundamentarem as práticas dos cientistas, tanto no que se refere a leis, teorias e experimentação – ao que Kuhn chama de ciência normal – os paradigmas também dão conta de responder por um certo conjunto de fenômenos que são investigados pelos cientistas. Ao afirmar que com o surgimento de anomalias que não são resolvidas ou solucionadas no âmbito da ciência normal e conseqüentemente, o surgimento de novas cosmovisões que irão responder ao conjunto de fenômenos que o paradigma anterior não respondia, Kuhn introduz a idéia de revoluções científicas que é quando um novo paradigma irá se estruturar para satisfazer as demandas que o anterior já não mais atendia. Como na transição de um paradigma para outro são abandonadas uma série de práticas, ao mesmo tempo em que se configuram novas visões de mundo que irão dar conta de novos fenômenos ou dos mesmos, mas sob óticas bastante distintas, não é possível afirmar que o novo paradigma seja uma contribuição ao anterior. Isso também impediria a afirmação de que o conhecimento produzido por um paradigma em crise esteja fundamentando o seu sucessor, estabelecendo-se a incomensurabilidade entre paradigmas. Sobre essa questão, diz o filósofo Richard Rorty, no seu livro “A Filosofia e o espelho da natureza”:

A afirmação de Kuhn de que não existe comensurabilidade entre grupos de cientistas que têm paradigmas diferentes de uma explicação bem sucedida, ou que não partilham da mesma matriz disciplinar, ou ambas as coisas, parecia a muitos (...) filósofos colocar em perigo a noção de escolha de teorias em ciência (RORTY, 1994, p. 319)

A noção de incomensurabilidade entre paradigmas rompe com a tradição de cumulatividade do conhecimento e ao reconhecer que existem perdas epistêmicas de um paradigma para outro, ou seja, que o paradigma posterior não necessariamente irá resolver todas as questões que eram respondidas pelo seu anterior, permitirá afirmar que a ciência não se desenvolve de uma forma linear e progressiva. Isto poderia ocorrer apenas dentro do período de ciência normal, que é quando um paradigma está em plena vigência. Sob esse aspecto, Kuhn afirma:

---

<sup>1</sup> Sobre a questão da origem do termo ‘paradigma’ é possível encontrar menções sobre a inspiração, se é que esse é o termo adequado, que Kuhn teria tido da obra do médico polonês Ludwik Fleck (1896-1961) que havia lançado suas idéias sobre esse tema vinculado ao papel da sociologia da comunidade científica trinta anos antes de Kuhn lançar sua obra célebre. Contudo, o reconhecimento da influência de Fleck é feito pelo próprio Kuhn no prefácio do seu livro. Outro autor que se vale do trabalho de Ludwik Fleck é a antropóloga Mary Douglas, cujas idéias serão apresentadas adiante.

A transição de um paradigma em crise para um novo, do qual pode surgir uma nova tradição de ciência normal, está longe de ser um processo cumulativo obtido através de uma articulação do velho paradigma. É antes uma reconstrução da área de estudos a partir de novos princípios, reconstrução que altera algumas das generalizações teóricas mais elementares do paradigma, bem como muitos de seus métodos e aplicações. (KUHN, 1997, p. 116)

A ruptura feita por Kuhn à noção de progresso científico e a cumulatividade do conhecimento conduz a uma situação em que não serão mais os critérios racionais que irão definir a disputa entre paradigmas, mas sim o sistema de crença dos cientistas, pois no momento em que se processa a revolução paradigmática, não se tem nenhum critério extra-científico suficiente para proceder a essa avaliação e isso trará conseqüências para a idéia de objetividade do conhecimento, idéia essa consagrada na ciência, em especial nas ciências naturais.

### **Relações entre objetividade e ciência**

Sobre como a idéia de objetividade está vinculada ao procedimento científico, vale apresentar as definições canônicas dos termos e para isso pode-se recorrer ao “Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia”, de André Lalande. Diz ele sobre o termo “Objetividade”:

Característica daquilo que é objetivo em qualquer dos sentidos desta palavra. Especialmente: atitude, disposição do espírito daquele que ‘vê as coisas como elas são’, que não as deforma nem por estreiteza de espírito nem por parcialidade. (LALANDE, 1996, p. 747)

A definição aponta para o emprego comum que se faz da palavra, ou seja, dirigido a alguma coisa e naquilo tal qual ela “é”, não podendo ser de outro modo. Por conseguinte, perpassa a idéia de exatidão e também, de algo certo, concreto e palpável.

Quanto ao significado do termo “Ciência” no Vocabulário de Lalande é possível observar que a noção de objetividade está encravada no meio de sua definição e por isso os dois termos estão, em geral, interligados:

Conjunto de conhecimentos e de investigações com um suficiente grau de unidade, de generalidade, e suscetíveis de trazer aos homens que se lhe consagram conclusões concordantes, que não resultam nem de convenções arbitrárias, nem de gostos ou interesses individuais que lhe são comuns, mas de relações objetivas que se descobrem gradualmente e que se confirmam através de métodos de verificação definidos. (LALANDE, 1996, p. 155)

Ao se observar conjuntamente a definição de objetividade e a de ciência é possível perceber que esta última torna-se um complemento e uma extensão do primeiro termo. Tanto num caso como no outro, coloca-se a exigência comum de que aquele que busca a objetividade e também ao que se consagra a ciência deve se despir de suas idiossincrasias pessoais, das arbitrariedades para poder alcançar a generalidade da coisa. Nesse sentido, é oportuno o comentário de Alberto Cupani sobre a definição de ciência do Vocabulário de Lalande:

A definição de Lalande, tão ao gosto acadêmico da época em que foi redigido o Vocabulário [1926], exprime claramente o que podemos denominar concepção tradicional da Ciência como saber objetivo, uma concepção sedimentada até hoje nos manuais de Metodologia Científica e assumida irrefletidamente, creio, pela maioria dos cientistas, particularmente os naturais. (CUPANI, 1990, p. 27)

É notória a tentativa de algumas disciplinas ou áreas do conhecimento buscar sua legitimidade, procurando fundamentar seus estudos e observações apelando para o caráter objetivo de seus empreendimentos epistemológicos, tais como ocorrem nas ciências naturais. Tomando a idéia de que o avanço científico se fez, em boa medida, sobre o modelo de ciência desenvolvido na área da física, ou seja, que implicava na existência de um sujeito despojado de valores pessoais a observar a natureza, que faz experimentações para lhe desvendar seus mecanismos internos para encontrar regularidades que permitam fazer predições com graus de certeza cada vez mais seguros, esse modelo, por muito tempo, vigorou como a única forma de se fazer ciência. Sobre esse aspecto, afirma Rorty:

Desde o Iluminismo, e em particular desde Kant, as ciências físicas vinham sendo vistas como um paradigma do conhecimento, ao qual o resto da cultura devia equiparar-se (RORTY, 1994, p. 318)

Não por acaso, grande parte do avanço da ciência ocorrido no final do século XIX tinha a física como inspiração e se expandiu com grande êxito no campo das ciências naturais, mas não só. Quanto ao campo das ciências humanas, também houve essa influência e exemplo disso foi a própria sociologia, que era chamada pelo fundador do positivismo, Auguste Comte, de física social. A influência da física se fez sentir também na própria psicanálise, no momento em que Freud concebe o conceito de “pulsão” que representa um dos pilares da teoria psicanalítica. No entanto, no âmbito das ciências humanas, ao longo do século XX, ocorrem dissidências que vão mostrar que os modelos aplicados nas ciências naturais não eram aplicáveis ou compatíveis com o estudo do homem e da sociedade. Por

outro lado, no campo das ciências humanas deveriam ser criados seus próprios modos de se fazer ciência e isso decorre em boa medida do impacto causado pelo surgimento da fenomenologia, da difusão da psicanálise e dos estudos sobre a linguagem com o advento da semiótica. O surgimento dessas novas tendências são as responsáveis por darem novo fôlego ao trabalho de pesquisa nas ciências humanas na medida em que, diferentes do modelo matemático-quantitativo, essas correntes forneceram subsídios para as pesquisas qualitativas em que a definição e o recorte dos objetos obedecerão a outros critérios daqueles da pesquisa positivista. Sobre essa problemática, Denzin e Lincoln afirmam:

As ciências (positivistas) experimentais (física, química, economia e psicologia, por exemplo) são muitas vezes vistas como as grandes façanhas da civilização ocidental, supondo-se, em suas práticas, que a “verdade” possa transcender a opinião e a tendenciosidade pessoal (...). A pesquisa qualitativa é vista como um ataque a essa tradição, cujos adeptos geralmente refugiam-se em um modelo de “ciência objetivista livre de valores” (...) para defender sua postura. Raramente tentam explicar, ou criticar, os “compromissos morais e políticos em seu próprio trabalho contingente.” Os positivistas ainda alegam que os chamados novos pesquisadores qualitativos experimentais escrevem ficção, e não ciência, e que tais pesquisadores não dispõem de nenhum método para verificar o que é declarado como verdade. A poesia e a ficção etnográficas indicam o fim da ciência empírica, e há poucas vantagens ao se tentar um envolvimento com a crítica moral. Esses críticos presumem uma realidade estável, imutável, que possa ser estudada com a utilização dos métodos empíricos da ciência social objetiva. (DENZIN e LINCOLN, 2010, p. 22)

Como pode se verificar, todas as idéias basilares sobre as quais se assenta o projeto científico moderno, como sujeito, objeto, teoria, verdade, objetividade e subjetividade foram e continuam sendo alvo de amplas discussões, pois entraram numa contínua revisão conceitual sobre as implicações éticas e políticas de seus usos não só nas ciências humanas, mas também nas ciências naturais. Isso faz com que ocorram tensões e disputas sobre a validade das idéias das ciências naturais no âmbito das ciências humanas e também o seu contrário, estabelecendo uma crítica recíproca sobre seus campos de atuação. Dessa maneira, o apelo para a noção de objetividade é um ponto recorrente nessa discussão, pois é comum surgirem críticas oriundas das ciências naturais sobre a falta de objetividade dos estudos e pesquisas em ciências humanas e o excesso de subjetividade dos pesquisadores. Richard Rorty ao comentar as revoluções científicas propostas por Kuhn, oferece a seguinte visão acerca do sentido que podem ser encontrados para objetividade e subjetividade no contexto científico:

‘Objetividade’ (...) era uma propriedade de teorias que tendo sido exaustivamente discutidas, são escolhidas por consenso entre argumentantes racionais. Por contraste, uma consideração ‘subjetiva’ é uma que foi, ou seria, ou deveria ser posta de lado por argumentantes racionais – uma que é vista como sendo, ou deveria ser vista

como sendo irrelevante ao assunto tema da teoria. Dizer que alguém está introduzindo considerações 'subjetivas' numa discussão onde se deseja a objetividade é dizer, mais ou menos, que está introduzindo considerações que os outros consideram irrelevantes. (RORTY, 1994, p. 333)

Percebe-se que a relação entre objetivo-subjetivo estabelece um embate entre aquilo que é ou não relevante, em que este último comumente é compreendido como vinculado a critérios particulares e pessoais. Isto pode ser visto como herança do racional ligado ao objetivo no sentido em que pode ser alcançado por qualquer investigador munido da mesma formação e dos mesmos métodos. Quanto à questão da subjetividade e da idéia de sujeito, esta é resultado da tradição cartesiana e que foi levada adiante pela posteridade, sobretudo por Kant, tendo sido aplicado e até mesmo enraizado dentro do conhecimento científico, pois para a ciência, em especial nas ciências naturais, a separação entre sujeito e objeto constitui a relação básica primordial em que se assenta o procedimento científico.

Esse embate também mostra que não é possível evitar as disputas de poder que ocorrem no âmbito da ciência, apesar de várias experiências de aproximações e colaborações bem sucedidas. Muitas vezes, mais do que o mero reconhecimento quanto ao procedimento objetivo de seus métodos, o problema reside justamente na possibilidade de realizar pesquisas valendo-se da isenção e da neutralidade, recurso esse plenamente difundido nas ciências naturais, mas que segundo alguns autores, como Karl Popper, isso não passa de mito, que por isso mesmo é largamente difundido e altamente influente. Vejamos isso mais de perto.

Num texto produzido na década de 1960, intitulado "A Lógica das Ciências Sociais", Karl Popper expõem algumas idéias de como as ciências sociais poderiam ganhar autonomia enquanto campo do conhecimento, sem necessariamente ter de seguir o modelo existente nas ciências naturais. Numa passagem do texto ele indica os equívocos que tem sido feitos na codificação do modelo das ciências naturais para as sociais. Diz Popper:

Existe, por exemplo, a equivocada e errônea abordagem metodológica do naturalismo ou cientificismo, que frisa que está na hora das ciências sociais aprenderem das ciências naturais o que é o método científico.

Este naturalismo equivocado estabelece exigências tais como iniciar com observações e medidas; isto significa, por exemplo, começar por coletar dados estatísticos; prossegue, logo após, pela indução a generalizações e à formação de teorias. Declara-se que, através deste caminho, você se aproximará do ideal da objetividade científica, na medida em que isto é possível nas ciências sociais. (POPPER, 1978, p. 17)

Apesar desse tipo de posição ser característico de um momento de definição do papel das ciências sociais no âmbito da produção do conhecimento e que desenvolvimentos

posteriores se ocuparam de dar outros direcionamentos, é inegável a influência que esta postura cientificista incidiu na produção de teorias nas ciências sociais. Todavia, como diz o próprio Popper, esse ideal de neutralidade é um mito mesmo nas ciências naturais – apesar dele afirmar que nesse campo isso chega a ser plausível. Se nas ciências sociais a objetividade é um ideal mais complexo, é porque elas envolvem, num nível razoável, o sistema de valores do cientista, cujo distanciamento é um tanto difícil (senão impossível) de alcançar. Adiante veremos algumas implicações disso.

### **A carga teórica**

Se nas ciências sociais o envolvimento dos valores do cientista é um elemento difícil de dissociar no momento de sua prática conforme será discutido adiante, as ciências naturais também não vão estar isentas de interferências, como é o caso da carga teórica envolvida nas observações. Sobre essa questão vale observar o que diz Larry Laudan (1993), a partir de uma perspectiva relativista:

Quando digo que todas as observações estão carregadas de teoria, simplesmente quero expressar que não há nada que possamos dizer sobre o mundo que esteja além do que nos é ‘dado’ por nossos sentidos. Todo ato cognoscível supõem a aplicação da linguagem ou a aplicação de conceitos. Nossa linguagem, tal como nossas estruturas conceituais, classificam e estruturam a experiência de maneiras diversas. As categorias, cujas quais distribuimos e organizamos o mundo e o fazemos inteligível para nós, não vêm dadas pelo mundo externo, mas sim, suponho, de práticas lingüísticas prévias, de nossos interesses práticos e técnicos como seres cognoscentes e de nosso inseparável equipamento neurogenético. (LAUDAN, 1993, p. 53. No original em espanhol – tradução do autor)

Segundo assevera Laudan, esse tipo de postura também é assumida pelos realistas, pelo fato de compreenderem o papel ativo da mente em todas as formas de atividade cognoscíveis. Isso se opõe ao caráter empirista e instrumentalista de determinadas práticas científicas que buscam conhecer as coisas nelas mesmas. Na verdade, o que está em questão é o ideal de objetividade já proposto por Kant, ou seja, que o conhecimento não se dá fora, mas sim no interior dos sujeitos. Nesse sentido, uma passagem de Freud do seu texto “O inconsciente” é reveladora desse processo:

Assim, como Kant nos advertiu para não desprezarmos o fato de que as nossas percepções estão subjetivamente condicionadas, não devendo ser consideradas como idênticas ao que, embora incognoscível, é percebido, assim também a psicanálise nos adverte para não estabelecermos uma equivalência entre as percepções



adquiridas por meio da consciência e os processos mentais inconscientes que constituem seu objeto. Assim como o físico, o psíquico, na realidade, não é necessariamente o que nos parece ser. (FREUD, 1996, p. 176)

A advertência nesse caso é dupla, pois não só a realidade não é exatamente como se acredita que ela seja nem os fatos psíquicos são o que se pensa que eles realmente sejam. Porém, as possíveis distorções podem ser corrigidas uma vez que o ideal de objetividade não é de que apenas um sujeito isolado proceda ao ritual de investigação, independente de estar carregado de valores e de teorias ao observar seu objeto de estudo. O trabalho investigativo deve ser feito por um grupo ou conjunto de cientistas, portanto, de maneira coletiva de forma a se ter um controle intersubjetivo. É a forma Popper entende a objetividade:

O que pode ser descrito como objetividade científica é baseado unicamente sobre uma tradição crítica que, a despeito da resistência, freqüentemente torna possível criticar um dogma dominante. A fim de colocá-lo sob outro prisma, a objetividade da ciência não é uma matéria dos cientistas individuais, porém, mais propriamente, o resultado social de sua crítica recíproca, da divisão hostil-amistosa de trabalho entre cientistas, ou sua cooperação e também sua competição. Pois esta razão depende, em parte, de um número de circunstâncias sociais e políticas que fazem possível a crítica. (POPPER, 1978, p. 23)

Percebe-se da afirmação que Popper dá especial ênfase a presença da comunidade científica, desde que respaldada por condições sociais e políticas favoráveis para criar um ambiente propício para o desenvolvimento da crítica, que desempenha uma função central na busca da objetividade. Apesar de Kuhn não tratar exatamente da questão da objetividade, ele também dá realce a posição da comunidade na vida dos cientistas e a educação por ela proporcionada:

A esta altura deveria estar claro que os cientistas nunca aprendem conceitos, leis e teorias de uma forma abstrata e isoladamente. Em lugar disso, esses instrumentos intelectuais são, desde o início, encontrados numa unidade histórica e pedagogicamente anterior, onde são apresentados juntamente com suas aplicações e através delas. (...) Depois de aceita, essas aplicações (ou mesmo outras) acompanharão a teoria nos manuais onde os futuros cientistas aprenderão seu ofício. (KUHN, 1997, p. 71)

Essa sintonia entre Popper e Kuhn quanto à importância da tradição e do entorno em que vivem os cientistas, aponta para um aspecto mais amplo e que não é atributo apenas dos cientistas ou dos que estão incluídos na comunidade científica. A idéia de que a atuação dos cientistas e a ciência de uma forma geral não é feita fora do âmbito de ação da sociedade, mas no interior dela e sujeitas às suas formas de organização, fornece algumas sugestões para pensar o trabalho científico, para além da observação, refutação e demonstração de teorias. A

idéia de que a cognição, como foi colocada anteriormente por Laudan com relação à carga teórica, é um processo que está ligado à linguagem e ao uso de recursos que não se resumem a plena capacidade dos indivíduos, permitem pensar que existe algo mais amplo dando amparo as práticas científicas (mas não só a elas). Com relação a isso, diz Popper:

Geralmente a lógica situacional [como método de análise] admite um mundo físico no qual agimos. Este mundo contém, digamos, recursos físicos que estão à nossa disposição e sobre os quais sabemos algo (...) Além disso, a lógica situacional também deve admitir um mundo social, habitado por outro povo, de cujas metas sabemos alguma coisa (...), e, deve admitir, além de tudo, as instituições sociais. Essas instituições sociais determinam o peculiar caráter social de nosso meio social. Essas instituições sociais consistem de todas as realidades sociais do mundo social, realidade que, em algum grau, correspondem às coisas do mundo físico. (POPPER, 1978, p. 32)

A relevância dada por Popper às instituições sociais não é algo secundário. Apesar dessa afirmação ser feita no contexto da sua proposta de método para as ciências sociais, um “método puramente objetivo” como ele afirma, talvez não seja despropositado pensar quais são as bases que fornecem as instituições sociais para a ciência como um todo, mas num sentido distinto do que trata Popper, uma vez que seu método continua preso à tradição positivista.

### **As instituições científicas como instituições sociais**

O conceito de instituições sociais – enquanto agrupamento social legitimado que pode ser a família, um jogo ou uma cerimônia – tem papel central dentro das ciências sociais muito em função do trabalho de Émile Durkheim. É com base nele e também no de Ludwig Fleck, no que toca sua importância para se entender o desenvolvimento científico, que a antropóloga Mary Douglas elabora e apresenta suas idéias sobre as instituições quando afirma existir um forte vínculo entre elas e a cognição:

A abordagem à cognição humana só pode se beneficiar ao reconhecer o envolvimento do indivíduo com a construção de uma instituição a partir do início do empreendimento cognitivo. Até mesmo os simples atos de classificar e lembrar são institucionalizados. (DOUGLAS, 1998, p. 74)

Não é o caso aqui de expor todos os desdobramentos da aplicação do pensamento institucional e a influência que ele tem em diferentes âmbitos da sociedade e em diversas

culturas. Importa destacar que as instituições também operam classificações e que essas também são largamente empregadas pelos cientistas. No entanto, diz Douglas:

(...) as pessoas não controlam individualmente a classificação. Trata-se de um processo cognitivo que as envolve da mesma maneira que elas são envolvidas com as estratégias e resultados finais do cenário econômico na construção da linguagem. As pessoas, individualmente, fazem escolhas no interior das classificações. (DOUGLAS, 1998, p. 107)

Mesmo os indivíduos não sendo meros reflexos das instituições, que nunca possui uma forma única, muito de sua atividade está impregnada pelas tradições, costumes, esquemas e modelos fornecidos pelas instituições em que estão envolvidos num dado momento histórico. Um cientista, no desenvolvimento de suas atividades, pode acreditar estar fazendo um trabalho independente e livre das injunções institucionais, no entanto, Douglas comenta que “*o grande triunfo do pensamento institucional é tornar as instituições completamente invisíveis.*” (DOUGLAS, 1998, p. 104). Muito de sua invisibilidade talvez se deva ao fato das instituições se tornarem inconscientes, o que faz com que alguns pensamentos e condutas dos indivíduos ocorram à revelia de sua consciência. Assim, se no âmbito das ciências naturais o trabalho científico é realizado sobre o modelo positivista em que questões de ordem institucional, no sentido sociológico do termo e não burocrático, não assumem um grau de importância, isso se deve a algumas razões já apontadas anteriormente, mas que ainda cabem ser exploradas.

Uma delas se deve ao fato de ainda serem desenvolvidas sobre um padrão de ciência concebido no século XVI que marca o início da modernidade, quando a natureza é vista como uma máquina a ser conhecida e desvendada por meio do cálculo matemático. A idéia de Galileu de que a natureza é um livro escrito em caracteres matemáticos e a proposta de Descartes de que para conhecer a extensão dos objetos deve-se tirar seus atributos sensíveis são noções institucionalizadas que operam irrefletidamente na mente dos pesquisadores e cientistas que buscam ver as coisas na sua objetividade ou “tal como elas são”. Assim, a possibilidade de medir e quantificar os objetos constitui premissas desse modelo e que não necessariamente podem ser aplicadas a ciências do homem. As palavras dos sociólogos Bourdieu, Chamboredon e Passeron ilustram essa questão:

No entanto, podemos nos aperceber de que o positivismo só retoma por sua conta uma caricatura do método das ciências exatas sem ter acesso *ipso facto* a uma epistemologia exata das ciências do homem. E, de fato, trata-se de uma constante da história das idéias que a crítica do positivismo mecanicista sirva para afirmar o

caráter subjetivo dos fatos sociais e sua irredutibilidade aos métodos rigorosos da ciência. Assim, percebendo que “os métodos que os cientistas ou pesquisadores fascinados pelas ciências da natureza tentaram, muitas vezes, aplicar à força às ciências do homem nem sempre foram necessariamente os que os cientistas seguiam, de fato, em seu próprio campo, mas antes os que eles acreditavam utilizar”, Hayek conclui daí imediatamente que os fatos sociais diferem “dos fatos das ciências físicas porque são crenças ou opiniões individuais” e, por consequência, “não devem ser definidos a partir do que poderíamos descobrir a seu respeito por meio dos métodos objetivos da ciência, mas a partir do que a pessoa que age pensa a seu respeito”. (BOURDIEU *et al*, 2000, p.16)

Nessa passagem, escrita em fins dos anos 1960, os autores mostram os problemas decorrente das formas como se dava a produção do conhecimento sociológico, cujo paradigma dominante era o positivismo e os métodos empíricos estabelecidos por essa corrente. O que se propunha, então, era uma ruptura com o suposto objetivismo positivista, mas que não significava, tal como na perspectiva de Hayek, uma virada completa para um subjetivismo como se não pudesse haver objetividade nos fatos sociais. Bourdieu (*et al*) afirma essa nova perspectiva para a sociologia deveria ocorrer, em boa medida, sobre as revisões epistemológicas feitas por Gaston Bachelard, mas também pela expansão nas ciências humanas das idéias estruturalistas inspiradas na linguística de Ferdinand de Saussure. Não que a nova perspectiva tivesse pretensão de fazer uma ciência livre de erro, pelo contrário, o que se quer é reconhecê-lo para então superá-lo. Isso pode ser conseguido com uma nova prática epistemológica onde se busca a lógica do erro para construir a lógica da descoberta da verdade e com isso submeter às verdades da ciência e de seus métodos, a uma revisão metódica permanente. É pelo princípio da vigilância epistemológica, isto é, pondo em prática uma reflexão das práticas da pesquisa sociológica é que se busca estabelecer uma pedagogia da pesquisa.

Conforme Bourdieu (*et al*) a sociologia padece de erros cuja origem se deve a uma falsa epistemologia das ciências da natureza e sua incorporação às ciências dos homens. Assim, a tarefa epistemológica a ser feita no campo das ciências do homem é avaliar suas condições de possibilidade não como uma ciência estabelecida, mas como uma ciência em vias de se fazer. Se os fatos sociológicos são construídos e essa construção passa pela sua elaboração feita pela linguagem, a sociologia não irá definir seu objeto a partir da percepção direta do mundo. Se o sociólogo também participa do mundo ao qual pesquisa, é preciso se afastar de uma sociologia espontânea que se forma a partir de (pré) noções comuns que também faz recortes e seleções de objetos, mas que não são os mesmos que os feitos pela ciência sociológica. É necessário que se faça, por sua vez, uma ruptura entre o que sociólogo percebe daquilo que investiga, ou seja, é necessário o reconhecimento da carga teórica e das

instituições sobre o pesquisador para que isso seja problematizado na própria pesquisa. A ambigüidade entre a proximidade e a distância que separa a atividade do sociólogo do cidadão comum, deve ser sempre levada em conta para que o sociólogo não assuma os riscos ou os supostos privilégios de se colocar como um profeta social a dizer os caminhos da sociedade. Para Bourdieu (*et al*) a tarefa do sociólogo, portanto, está em se abster dessas posições e buscar a objetividade possível de ser alcançada com o seu trabalho.

Ainda do ponto de vista das instituições sociais e da sua relação com a produção científica, pode-se dizer que a emergência do marxismo também terá uma grande influência nas ciências humanas a partir da primeira metade do século XX, impulsionado, sobretudo pelos efeitos da Revolução Russa de 1917 e que passa a colocar em questão o modelo de ciência que era praticado. Na ótica marxista, a ciência feita nos moldes do positivismo constitui uma ciência burguesa cujos resultados servem principalmente para a manutenção de uma classe dominante que continuamente busca estar no poder. Nessa perspectiva, a ciência faz parte do aparato de dominação e pode vir a se constituir numa ideologia que, como tal, contribui para a manutenção da ordem social ou do *status quo*. Da perspectiva das instituições, pode-se dizer que a crítica marxista tem consequências diretas na forma como o cientista social irá retratar a sociedade e com quais critérios de objetividade. Sobre a problemática do marxismo e objetividade, afirma o filósofo Michael Löwy:

(...) a objetividade nas ciências da sociedade não pode consistir no estreito molde do modelo científico-natural e que, ao contrário do que pretende o positivismo em suas múltiplas variantes, todo conhecimento e interpretação da realidade social estão ligados, direta ou indiretamente, a uma das grandes *visões sociais de mundo*, a uma perspectiva global socialmente condicionada, isto é, o que Pierre Bourdieu denomina, numa expressão feliz, “as categorias de pensamento impensadas que delimitam o pensável e pré-determinam o pensamento”. E que, por conseguinte, a verdade objetiva sobre a sociedade é antes concebida como uma *paisagem* pintada por um artista e não como uma imagem de espelho independente do sujeito; e que, finalmente, tanto mais verdadeira será a *paisagem*, quanto mais elevado o *observatório* ou belvedere onde estará situado o pintor, permitindo-lhe uma vista mais ampla e de maior alcance do panorama irregular e acidentado da realidade social. (LÖWI, 1987, p.13)

Com a afirmação de Löwy, o que se coloca em questão é não apenas o objeto, mas também o sujeito da análise uma vez que não haveria de antemão uma posição realmente objetiva, mas as visões sociais de mundo em que se situa o cientista e os condicionamentos a que está submetido e que irão direcionar suas perspectivas sobre o seu objeto na sociedade.

## Considerações finais

Essa abordagem sobre o tema da objetividade científica procurou trazer para o debate diferentes aspectos que se vinculam ao assunto a partir da problematização do conceito, tentando esboçar algumas implicações sobre a noção do próprio desenvolvimento científico. Foi intenção colocar em questão a autonomia do pensamento científico e mostrar que apesar dos seus procedimentos rigorosos e objetivos empreendidos em prol do conhecimento, também há um arranjo social que confere uma posição de destaque para esse campo na sociedade. Campo ao qual alguns cientistas acreditam estar desvinculados, mas que nem por isso deixam de ter consequências *objetivas* nos trabalhos por eles realizados.

## Referências

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean Claude. **A profissão de sociólogo** – preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes (2ª edição), 2000.

CUPANI, Alberto. Objetividade Científica: Noção e Questionamentos. Campinas: **Manuscrito**, v. XIII, n.1, p. 25-54, 1990.

DENZIN, Norman e LINCOLN, Yvonna. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. e LINCOLN, Y. (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

FREUD, Sigmund. **O inconsciente**. Rio de Janeiro: Imago (Edição *Standard* Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud – Volume XIV), 1996.

HADOT, Pierre. **O véu de Isis** - Ensaio sobre a história da idéia de natureza. São Paulo: Edições Loyola, 2006 (cap. 11: “Ciência experimental e mecanização da natureza” p. 139-158).

LALANDE, André. **Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen** – Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento. São Paulo, Editora Busca Vida (3ª edição), 1988.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva (5ª edição), 1997.

LAUDAN, Larry. **La ciencia y el relativismo** – Controvérsias básicas en filosofía de la ciencia. Madrid: Alianza Editorial, 1993.

POPPER, Karl. **Lógica das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1978.

RORTY, Richard. **A Filosofia e o espelho da natureza**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.